



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

VERTENTES DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL: A QUESTÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS.

Autores: JOÃO VITOR SANTOS CALZAVARA, VICTÓRIA RUAS FREIRE COSTA, GUSTAVO CARVALHO DE MATOS, DANIEL ANTUNES FREITAS

Introdução

Acessibilidade está relacionada aos direitos das pessoas com deficiências (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008), as quais, segundo a OMS, somam cerca de um bilhão de pessoas no mundo (MALTA et al., 2016). Segundo FRENK (1985), acessibilidade foi definida como o “produto da relação entre a disponibilidade efetiva de serviços de saúde e o acesso por parte dos indivíduos a esses serviços”.

As dificuldades de acesso aos serviços também contemplam a interação paciente-profissional precária existente, corroborando com o estabelecimento de barreiras atitudinais para concretizar-se a equidade, igualdade e universalidade no oferecimento do serviço (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008).

Embora o Brasil tenha sido um dos países mais inclusivos das Américas, o movimento social das pessoas com deficiência demanda ações práticas de implementação, para atingir a totalidade desse segmento, pois os avanços não são possíveis sem a contribuição da sociedade. Faz-se necessário, então, a implementação efetiva de ações de inclusão nas diversas esferas juntamente com a comunidade e famílias no intuito de potencializar os esforços da sociedade na melhoria das condições para a inclusão das pessoas com deficiência (PAGLIUCA et al., 2015).

Diante deste contexto, debater sobre saúde e vulnerabilidade no Brasil é uma urgência. Vulnerabilidade inclui acessibilidade, o que nos remete ao acesso dos deficientes a serviços públicos, contemplando a saúde.

Material e métodos

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada no mês de setembro de 2018, através das bases de dados SciELO, PUBMED e LILACS, selecionando artigos em língua portuguesa, que possuíam texto completo disponível online e discorrendo sobre as atualizações da literatura a respeito do tema.

Resultados e discussão

Ao analisar as publicações, a grande maioria dos textos consultados está direcionada apenas aos portadores de deficiências físicas, em detrimento dos deficientes visuais, observando alta escassez na literatura sobre saúde visual.

A deficiência visual é uma condição de saúde em que o indivíduo é privado da capacidade de enxergar, completo ou parcial. Essa situação de diminuição da visão caracteriza-se desde indivíduos com cegueira até indivíduos com baixa visão (OLIVEIRA et al., 2017).

A deficiência visual é definida por lei federal nº 6.931, de 2017, após passar por algumas alterações do decreto inicial de 1999, nº 3.298, na qual consta

“deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 em qualquer dos olhos, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores” (BRASIL, 2017).

De acordo com dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão. Entretanto, ainda carece de um mercado que atenda as reais necessidades desta demanda (OLIVEIRA et al., 2017).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Em pesquisas realizadas, a deficiência visual apresentou maior prevalência comparada a auditiva e física, o que pode ser justificado pela própria legislação nacional que inclui como deficiente a baixa visão em um ou ambos os olhos, sem diferença entre homens e mulheres, tendendo a aumentar conforme a idade. Não foi observada diferença por cor ou raça (MALTA et al., 2016).

Barreiras arquitetônicas e atitudinais no contexto da assistência e barreiras de comunicação na interação dos profissionais de saúde com pessoas com deficiência visual são alguns dos impasses vividos por esta classe no Brasil, por exemplo, o tecido urbano carece de sinais sonoros e sinalizadores de piso (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008; OTHERO; DALMASO, 2009).

Profissionais da área de saúde muitas vezes não estão preparados para lidar com pessoas com deficiência, alguns estudos demonstram isso, com prevalência maior desse despreparo entre médicos, comparado a enfermeiro, os quais já adotam uma abordagem reflexiva sobre a sua prática e exercitam uma nova articulação entre a teoria e a prática Inclusive, a classe já possui publicações sobre utilização do Braille para otimizar a comunicação deficiente visual-profissional de saúde (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008; TOMAZ et al., 2016).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O maior desafio dos deficientes visuais é viver em um mundo onde não tem sido feito o bastante para eles e nem por eles. Essa situação diz respeito, também, à dificuldade de acesso desses sujeitos aos serviços de saúde em decorrência do despreparo da maioria dos profissionais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Projeto de lei N.º 6.931, de 2017.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao sus: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev RENE**, v.9, n.2, 2008.

FRENK, J. El concepto y la medición de accesibilidad. **Salud Publica de Mexico**. 1985.

MALTA, D.C. et al. Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.10, 2016.

OLIVEIRA, D. G. et al. Avaliação do perfil socioeconômico, formação profissional e estado de saúde de pessoas com deficiência visual. **Rev Bras Oftalmol**, v.76, n.5, 2017.

OTHERO, M. B.; DALMASO, A. S. W. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. **Interface**, v.13, n.28, 2009.

PAGLIUCA, L. M. F. et al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Escola Anna Nery Rev de Enfermagem**, v.19, n.3, 2015.

TOMAZ, R. V. V. et al. Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.1, 2016.